

CONRADO PORTELLA/PREFEITURA DO RIO



Crise do consórcio do Jaé pode ser mais grave do que parece

Sinal amarelo na bilhetagem do transporte público do Rio de Janeiro

A crise financeira que atinge o Consórcio Bilhete Digital, responsável pelo Jaé - nova bilhetagem de transporte público da Prefeitura do Rio - pode ser bem mais grave do que parece. Não bastasse o mau desempenho em 2025, quando acumulou prejuízo de R\$ 176 milhões e terminou o ano com um patrimônio líquido negativo de R\$ 120 milhões, agora o consórcio se vê às voltas com uma decisão que expõe também as dificuldades de caixa da sua controladora, a empresa Autopass.

Em ato publicado em 14 de julho no Diário Oficial, a Artesp - agência reguladora do transporte público em São Paulo - determinou que o saldo remanescente nos cartões de transporte não pode ser desviado para financiar a operação da própria Autopass. O temor, no Rio, é que a ação de utilizar o dinheiro do passageiro para cobrir os prejuízos do sistema de bilhetagem já tenha sido exportada silenciosamente para a capital fluminense.

Firjan elabora cartilha dos efeitos do tarifaço

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) avaliou os efeitos das novas tarifas impostas pelo governo dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, com destaque para os impactos nas exportações fluminenses. Com base na análise de todos os códigos aduaneiros contemplados nos dois processos conduzidos pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) — referentes à Seção 301 e à investigação sobre suspeitas de trabalho forçado —, a entidade elaborou uma cartilha destinada aos empresários do estado. O material reúne informações sobre os instrumentos envolvidos nas medidas e orientações para apoiar e fortalecer as relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos.

DIVULGAÇÃO



Firjan aponta os impactos para o comércio entre o Rio e os EUA

Relevância do setor de óleo e gás no comércio

Segundo a Firjan Internacional, a análise confirma a relevância do setor de óleo e gás na balança comercial entre o estado do Rio de Janeiro e os Estados Unidos. Em razão da forte participação desse segmento nas exportações fluminenses, os impactos das novas tarifas sobre a economia do estado tendem a ser mais limitados quando comparados aos observados em outras unidades da federação.

Suporte aos setores mais afetados

A Firjan apresenta também recomendações aos empresários fluminenses para fortalecer e ampliar as relações comerciais com os Estados Unidos. A entidade também reafirma seu compromisso de oferecer suporte aos setores afetados pelas novas medidas, colocando-se à disposição das empresas para prestar orientações sobre estratégias de diversificação de mercados e negócios, além de representar os interesses dos segmentos impactados no âmbito das investigações conduzidas pelas autoridades norte-americanas.

Grupo Manguinhos

A Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro entrou na justiça pedindo que a recuperação judicial do Grupo Manguinhos, controlador da Refinaria de Manguinhos (Refit), seja convertida em falência. O documento destaca que o grupo acumula um passivo tributário superior a R\$ 25,7 bilhões e é o maior devedor de impostos do Brasil.

Pedido de falência

Segundo o pedido, baseado em relatórios que mostram uma queda contínua nas atividades do grupo, a empresa perdeu as condições de continuar operando e não reúne mais os requisitos para permanecer em recuperação judicial. Depois de faturar mais de R\$ 1 bilhão por mês em 2025, a empresa teve redução nas receitas, até chegar a faturamento praticamente zero no início do ano.

Parcelas em atraso

Soma-se a isto prejuízos acumulados, elevados custos operacionais e falta de perspectiva para gerar um caixa suficiente para sustentar as atividades ou quitar obrigações. Além disso, o Estado cita que o grupo não cumpriu o parcelamento especial firmado para quitar débitos tributários, com parcelas que deixaram de ser pagas por mais de 90 dias.

Dívidas aumentaram

Destaca-se, ainda que, mesmo aderindo ao sistema de parcelamento das dívidas, o grupo adquiriu novas dívidas com o Estado, com valores próximos de R\$ 2 bilhões. O passivo fiscal novo é superior ao dobro daquilo que o grupo pagou durante o curso do parcelamento. Para a PGE-RJ, isso demonstra que o benefício concedido não foi utilizado para regularizar a situação fiscal da empresa.

Situação de insolvência

Por isso, a PGE-RJ defende que a falência é a medida mais adequada neste momento, porque manter a recuperação judicial nessas condições apenas prolonga uma situação de insolvência, prejudica a arrecadação pública, afeta a concorrência entre empresas e cria riscos para credores e para o mercado.

Ativos podem ser vendidos

A legislação atual permite que os ativos da empresa sejam vendidos de forma organizada, preservando a atividade econômica, os empregos e permitindo que a operação seja assumida por empresas com condições de manter o negócio de forma regular.

JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL



Lula e Alcolumbre se afastaram depois da rejeição de Messias para o STF

Após três meses afastados, Lula e Alcolumbre se reúnem

Encontro ocorreu na casa do ministro do STF Alexandre de Moraes

Por **Gabriela Gallo**

Após três meses afastados, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), se reuniram num esforço para se reaproximarem e reatarem a convivência no segundo semestre deste ano. Eles se encontraram em um jantar na casa do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, em Brasília, na noite desta terça-feira (4).

Para além do vice-presidente da Suprema Corte, a reaproximação e a tentativa de restabelecer o canal entre os presidentes da República e da Casa Alta do Poder Legislativo também foi arquitetada pelo ministro do STF Cristiano Zanin.

Questionado pela imprensa sobre o que conversou com Lula no jantar organizado pelos ministros do STF, Alcolumbre se limitou a dizer: “Segredo”.

Lula e Alcolumbre enfrentavam atritos desde novembro do ano passado, mas foi em abril deste ano que eles deixaram de se reunir definitivamente após o Senado Federal rejeitar a indicação do advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, como novo ministro do Supremo.

A derrota do governo foi histórica, já que nenhum nome indicado pelo então presidente da República ao STF fora rejeitado desde o governo de Floriano Peixoto, em 1894. O STF está com um ministro a menos desde outubro de 2025, com a aposentadoria antecipada de Luís Roberto Barroso.

TEMAS DE INTERESSE

A reaproximação dos presidentes do Executivo e Legislativo se faz necessária para trazer maior articulação e comunicação entre os poderes, além de aumentar o diálogo na análise e discussão de medidas de interesse de ambas as partes.

Um dos temas de interesse do governo para ser aprovado ainda neste ano é a Proposta de Emenda à Constituição que acaba com a jornada de trabalho na escala 6X1 e reduz a jornada de trabalho para trabalhadores de carteira assinada de 44 horas semanais para 40 horas semanais (PEC 221/2019). Aprovado com ampla maioria na Câmara dos Deputados, o texto está travado no Senado Federal ainda sem previsão de que Davi Alcolumbre encaminhe a medida para análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).